



8º Encontro Internacional de Política Social 15º Encontro Nacional de Política Social

Tema: Questão social, violência e segurança pública:
desafios e perspectivas

Vitória (ES, Brasil), 16 a 19 de novembro de 2020

Eixo: Marxismo, teoria social e crítica da economia política.

A questão social e o Estado dependente latino-americano

Heloísa Teles¹
Eduarda Salla Marcelino²

Resumo: A colonização latino-americana foi direcionada para a exploração e inscreveu nos países da região uma determinada relação com o capitalismo global: a dependência. Nesse contexto, a questão social assumiu características particulares que se desdobram na constituição do Estado latino-americano que assumiu o papel de protagonista do projeto de subdesenvolvimento, corroborando para a manutenção da coexistência de relações produtivas que carecem de intervenção estatal no sentido de instituir padrões mínimos de regulação social. Ancorado pelo método materialista histórico dialético, a presente reflexão objetiva problematizar os desdobramentos do capitalismo dependente na conformação da questão social e, conseqüentemente, o papel desempenhado pelo Estado latino-americano frente à questão social.

Palavras-chave: Estado; Questão Social; Proteção Social; Teoria Marxista da Dependência.

The social issue and the Latin American dependent state

Abstract: Latin American colonization was directed towards exploitation and inscribed in the countries of the region a certain relationship with global capitalism: dependency. In this context, the social issue took on particular characteristics that unfold in the constitution of the Latin American state that assumed the role of protagonist of the underdevelopment project, corroborating for the maintenance of the coexistence of productive relations that need state intervention in order to institute minimum standards of social regulation. Anchored by the dialectical historical materialist method, the present reflection aims to problematize the unfolding of dependent capitalism in shaping the social question and, consequently, the role played by the Latin American State in relation to the social question.

Keywords: State; Social issues; Social Protection; Marxist Dependency Theory.

1 Introdução

O presente estudo apresenta-se como resultado parcial da pesquisa intitulada *A questão do Estado no capitalismo dependente: cartografia categorial desde a Teoria*

¹ Assistente Social, Mestre e Doutora em Serviço Social pela PUC/RS. Docente no Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Integrante do grupo de estudos e pesquisa Trabalho e Política Social na América Latina - Veias Abertas. E-mail: heloisa.teles@ufsc.br.

² Graduanda de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Bolsista de iniciação científica/PIBIC vinculada ao grupo de estudos e pesquisa Trabalho e Política Social na América Latina - Veias Abertas. E-mail: eduardasallamarcelino@gmail.com.

Marxista da Dependência que tem por objetivo analisar a questão do Estado no Capitalismo dependente, decifrando a contradição entre a ideologia da modernização do Estado latino-americano e sua expressão fenomênica concreta - como coadjuvante no processo de aprofundamento da desigualdade social, produto da sobreposição entre subdesenvolvimento e dependência.

O recorte pretendido no presente estudo encontra-se vinculado ao objetivo de pesquisar com mais ênfase os desdobramentos do capitalismo na conformação da questão social e, conseqüentemente, algumas das respostas engendradas pelo Estado latino-americano à questão social no seio da luta de classes.

Para tanto, busca-se caracterizar alguns elementos que se conformam como estruturantes da “questão social latino-americana”, inserida no contexto de economia dependente e subdesenvolvida. Importa destacar os desdobramentos desses elementos na constituição do Estado dependente que incidem no seu arranjo burguês e periférico em relação aos interesses do capital internacional e desdobra-se nos limites da cidadania no país.

2 Conformação e identidade latino-americana: alguns elementos estruturantes da “questão social latino-americana”

A história latino-americana remete a uma série de contradições que nos demandam acionar recursos heurísticos complexos para seu deciframento. As disputas, lutas, interesses e conflitos que aqui já ocorreram constituem uma memória determinada que nem sempre fica acessível à população latino-americana. Pode-se dizer que a farsa e a tragédia se confundem de forma magistral diante das inúmeras narrativas elaboradas para contar os seus vividos. Dessa forma, quando pensamos em uma identidade latino-americana diversos são os estereótipos a quem lançamos mão e outros tantos a quem somos lançados. Filiado ao materialismo histórico recorreremos a Baez (2010) na tentativa de indicar algumas memórias culturais que conformam nossa multi-identidade.

- 1) Uma memória conflitante comum gerada na relação de conquista, espoliação, escravidão e genocídio antigo e contemporâneo.
- 2) uma memória indígena geomítica e ecológica.
- 3) uma memória africana de transfiguração rítmica.
- 4) uma memória hegemônica ocidental: sistema religioso, sistema

econômico, sistema filosófico-ético, com tendência ecocida. 5) uma memória periférica de salvação e resistência, que justifica ciclicamente a rebelião permanente e a revolução. 6) uma memória negada do esquecimento, em que se reprime a existência de dor por um passado traumático. (BAEZ, 2010, p. 289).

Essa confluência de identidades se materializa na realidade latino-americana de maneira violenta e contraditória. No entanto, a versão que prevalece denota a hegemonia da memória ocidental, suplantando as demais memórias. Processo esse que foi sendo consolidado desde o período colonial no intento de defender e justificar os privilégios dos invasores europeus. A história narrada tem sido pautada pelo padrão de dominação ideológica e reproduzida pelos discursos dos vencedores. O resultado tem sido o genocídio, o memoricídio e o etnocídio³ acompanhados da submissão, colaboração e participação subordinada na transferência de recursos naturais aos países de economia centrais.

Nessa lógica, pensar o modo de consolidação do capitalismo latino-americano demanda considerar a combinação de elementos modernos do capitalismo central com relações sociais e de produção arcaicas, fundantes das economias latino-americanas. Tendo como alicerces da sua estrutura econômica o trabalho escravo e as relações sociais de produção baseadas na escravatura, a América Latina transita do período colonial travestida de pré-capitalista para assumir o caráter do subdesenvolvimento no circuito capitalista global (CUEVA, 1983). Como produto temos o subdesenvolvimento e a dependência que assumem como características da reprodução do padrão de dominação do capital na região.

A história de violência e expropriação sem precedentes cometido na América Latina comprovam que a necessária acumulação capitalista dos países centrais vem, historicamente, significando a não acumulação nos países periféricos através do incremento paulatino de estratégias que mantêm a centralização e concentração de riquezas, o baixo desenvolvimento tecnológico e o incentivo à produção de bens

³ As categorias do genocídio, memoricídio e etnocídio, sistematizados por Fernando Baez (2010) dão conta dos processos referentes ao extermínio dos povos indígenas e africanos e o apagamento de suas memórias e culturas. Mais precisamente, o etnocídio é o resultado do roubo econômico que exigiu a modificação das estruturas mentais dos subordinados através da negação de seu direito a terra, ao uso de sua própria língua e educação e o direito de fazer sua história coletiva com autodeterminação. O memoricídio, por sua vez, consiste na eliminação de todo o patrimônio, seja ele tangível ou intangível, que simboliza resistência a partir do passado.

primários (commodities). Essa compreensão é chave para apreender a inserção dos países latino-americanos no processo de acumulação capitalista e o modo de produção e reprodução particular que vai operar num contexto global.

A questão social na América Latina carrega inscrita as marcas da expropriação brutal das suas terras e matérias primas e do trabalho escravo. Encontra-se na raiz da produção/reprodução da questão social a relação dual estabelecida no contexto da formação capitalista mundial entre a acumulação da miséria relativa latino-americana e a acumulação primitiva do capital nos países europeus. Os desdobramentos dessa relação se constituem nas formas particulares que as expressões da questão social assumem na região, ou seja, na materialização dos efeitos advindos da herança colonial (CUEVA, 1983).

Desdobram-se desse modo particular de desenvolvimento os velhos poderes da sociedade latino-americana que, materializados pela estrutura arcaica e dependente de produção e reprodução social, se ocupam em manter o *status quo*, preservando os velhos modos de distribuição/concentração da riqueza socialmente produzida⁴ e a reprodução de seus interesses em detrimento das possibilidades de elevação dos níveis de qualidade de vida e redução da desigualdade social da região.

Algumas características particulares são possíveis de reconhecer como estruturantes da questão social na particularidade latino-americana: o trabalho escravo e sua expressão fenomênica do racismo, a superexploração do trabalho e as características particulares da superpopulação relativa, o patriarcado e sua expressão fenomênica do sexismo, a supremacia cristã como ideologia religiosa e cultural, o autoritarismo antidemocrático.

A expressão que marca as determinações sociais concretas da “questão social latino-americana” se revela nos altos índices de pobreza e miséria, crescente desemprego precarização do trabalho, aviltamento e regressão constante dos direitos garantidos, violência em suas diferentes manifestações, com destaque para a violência de gênero e contra a população negra. Nesse contexto, o Estado é chamado a desempenhar ações que

⁴ Aqui importa reiterar que a forma específica de produção incide diretamente no modo de distribuição da riqueza socialmente produzida, sendo que “o modo dessa distribuição será diferente de acordo com o tipo peculiar do próprio organismo social de produção e o correspondente grau histórico de desenvolvimento dos produtores.” (MARX, 2013, p. 153).

possam oferecer, minimamente, condições para garantia da reprodução social dos sujeitos e, conseqüente, reprodução do próprio processo de valorização do capital. No entanto, o Estado dependente latino-americano vai assumir características que particularizam sua forma de intervenção social, conforme será problematizado no próximo item.

3 O Estado dependente latino-americano: algumas características comuns

A sociedade latino-americana, conforme explicitado no item anterior, foi forjada a partir de inúmeras contradições e interesses alheios aos objetivos de desenvolvimento regional que desencadearam formas determinadas de sociabilidade e estruturação das Instituições sociais, políticas e econômicas. O desenvolvimento voltado para garantia da acumulação primitiva do capitalismo internacional se constitui como prerrogativa principal da história latino-americana.

Nesse contexto, tomando particularmente a reflexão sobre o Estado, faz-se necessário considerar a premissa que o define como “[...] produto da sociedade num estágio específico do seu desenvolvimento.” (ENGELS, 2012, p. 160). Ou seja, o Estado é consequência do próprio desenvolvimento da sociedade e, portanto, sua conformação se encontra enredada nas condições de reprodução da estrutura social de determinado país e/ou região estando diretamente vinculado ao grau de desenvolvimento da sua estrutura econômica e da realização das condições de acumulação primitiva.

Desse modo, as forças sociais hegemônicas em determinado período da história acabam influenciando a organização do Estado e tensionando para que assumam tendências particulares no âmbito da correlação de forças da sociedade. Nessa linha de pensamento, o Estado é compreendido, não meramente como um sujeito intermediador dos conflitos entre as classes sociais e também não apenas como um objeto externo e manipulável, segundo os interesses de uma única classe homogênea, mas sim como uma tensa relação social. Tal perspectiva se contrapõe à noção de Estado enquanto mediador do crescimento econômico e provedor de políticas sociais, tal como concebido nas definições liberais e, concomitantemente, propõe suplantar um marxismo reducionista que compreende o Estado como relacionado apenas à burguesia ou fração dela.

Ademais, a análise sobre o Estado pautada pelo cariz marxista se coloca contrária à ideia contratualista do Estado enquanto representante da vontade geral e problematiza a questão da luta de classes e a possibilidade de representação em um cenário de exploração e opressão da classe trabalhadora, uma vez que o Estado se origina da contradição entre os interesses individuais e coletivos. Essa vertente evidencia o caráter classista do Estado e os processos manipulatórios que perpassam as relações sociais no modo de produção capitalista e forjam a ideia de liberdade e igualdade.

O Estado é a condensação das correlações de forças. Se diversas classes sociais (e outros grupos) atuam e se desenvolvem na sociedade, todas elas buscam alcançar seus interesses. Em diversos graus, o Estado tem a particularidade de assumir demandas e posições de todas as classes, frações e setores. Porém, assume-as com a condição de que há classes que detêm o poder político e outras não. Desta forma, muitos interesses sociais adquirem expressão na vida em comum, mas com limitações estabelecidas pelos interesses dos grupos sociais dominantes. (OSÓRIO, 2017, p. 27).

Negando a premissa fatalista que qualifica o Estado apenas como um instrumento exclusivo de dominação, o marxismo enuncia que “[...] o caráter de classe do Estado se baseia em mecanismos estruturais que articulam e combinam – mediante compromissos sempre difíceis e provisórios – as necessidades da acumulação capitalista com os imperativos emanados dos interesses universais da sociedade.” (BORÓN, 1994, p. 260).

Essa articulação ocorre pautada por duas principais estratégias: a) a aparência de independência em relação à própria sociedade e; b) a conexão entre ideologia e Estado. Sobre essa última, salienta-se a capacidade de transformação dos interesses de classe em interesses gerais a partir da universalização das ideias da classe dominante enquanto verdades universais.

Assim, descarta-se a premissa de que o Estado expressa o interesse comum de todos pois, nesse contexto, não se constitui como um poder externo ou alheio à sociedade, sendo ele

o reconhecimento de que essa sociedade está enredada numa irremediável contradição com ela própria, que está dividida em oposições irreconciliáveis de que ela não é capaz de se livrar. Mas para que essas oposições, essas classes com interesses econômicos em conflito não se devorem e não consumam a sociedade numa luta estéril, tornou-se necessário um poder situado aparentemente acima da sociedade, chamado a amortecer o choque e a mantê-la dentro dos limites da ‘ordem’. Esse poder, surgido da sociedade, mas que se coloca acima dela e que se aliena cada vez mais dela, é o Estado. (ENGELS, 2012, p. 160).

Compondo o conjunto de interesses gerais, localiza-se a defesa da democracia social-burguesa a qual encontra-se legitimada e regulamentada por um notável arcabouço jurídico e separada em distintos poderes – executivo, legislativo e judiciário. O conjunto de normatizações, de forma contraditória, inclui regulamentações para garantir as condições mínimas de sobrevivência (e aqui cita-se a proteção social) e o consentimento da sociedade ao mesmo tempo em que conserva e expressa os interesses da classe dominante.

Esse tipo de Estado incorpora uma poderosa defesa ideológica e legal da igualdade, da mobilidade e da liberdade dos indivíduos, ao mesmo tempo que é muitíssimo protetor do direito de propriedade e da relação básica entre capital e trabalho. Desse modo característico, a economia capitalista de troca, com base no mercado, floresce numa liberdade ambígua, que inclui liberdade de consciência, expressão e emprego, ao mesmo tempo que incorpora a liberdade para explorar, para obter lucro privado às custas do Estado e para monopolizar os meios de produção. O compromisso da democracia burguesa em relação à liberdade é, de fato, o compromisso com todos esses diferentes tipos de liberdade simultaneamente. (HARVEY, 2005, p. 84).

Nessa perspectiva, torna-se possível afirmar que o Estado se origina de uma contradição fundamental: da necessidade de manter os antagonismos de classe sob controle e da própria luta entre as classes. De modo geral, observa-se que no âmbito capitalista, o Estado tem sido conduzido “pela classe mais poderosa, economicamente dominante, que, por intermédio dele, converte-se também em classe politicamente dominante.” (ENGELS, 2012, p. 162).

Particularizando a América Latina, faz-se necessário atentar para a complexidade dos determinantes que compõem o Estado nos diferentes países latino americanos, destacando o caráter contraditório que se encontra arraigado em sua gênese, incluindo as especificidades do próprio capitalismo dependente e da capacidade de organização e resistência da classe trabalhadora. Nessa linha de pensamento, “[...] o estado não só é um “pacto de dominação”, mas também um ator político dotado de estruturas organizativas complexas que lhe confere enormes capacidades potenciais de intervenção na vida social.” (BORÓN, 1994, p. 264).

Tomando o objetivo delineado para o presente estudo que é pesquisar o papel desempenhado pelo Estado e as conseqüentes formas assumidas pela proteção social, cabe inferir que a América Latina apresenta algumas particularidades que alicerçam a forma como o Estado se constitui, expressa pelos parâmetros estruturais de sua formação

social, econômica, política e cultural da região, conforme evidenciado no item anterior. De um modo geral, logo após o período de independência da grande maioria dos países latino-americanos – primeiro quartel do século XIX –, os vínculos com os países colonizadores passam por mudanças, adquirindo características mais acentuadas do imperialismo e os senhores da terra assumem o papel de classe dominante, dando origem à estruturação dos Estados.

Agudiza esse quadro o caráter dependente do Estado que, potencializado pelo desenvolvimento desigual no capitalismo, “induz a uma espécie de Estado burguês interno e estruturalmente cindido, estrangido também pelo desenvolvimento desigual.” (PAIVA; CARRARO; ROCHA, 2011, p. 195). Esse modelo determinado de dependência é responsável pela reprodução de uma contradição histórica caracterizada pela coexistência de um Estado com aspirações modernas e um modelo de relação social de caráter oligárquico e arcaico que caracteriza a modernização conservadora.

Ruy Mauro Marini afirma que o momento que configura a chamada dependência, ou seja, essa relação de subordinação entre nações formalmente independentes, é quando a América Latina passa a exercer um papel específico no movimento internacional do capital e na acumulação em escala ampliada, e que resulta em consequências para a organização das sociedades Latino-Americanas.

Na obra intitulada *Dialética da Dependência*, Marini (2000) apresenta os mecanismos que determinam a produção e a reprodução de capital em escala ampliada, partindo das relações estabelecidas entre países centrais e países periféricos, apontando ainda suas consequências sob a organização das sociedades dependentes. Segundo o autor, são estabelecidas relações comerciais que se baseiam em um sistema de trocas assimétricas e desfavoráveis, reatualizando permanentemente os termos do intercâmbio desigual.

Através desse mecanismo, os condicionantes da dependência empreendem uma maciça transferência de valor produzido na periferia, que é então apropriado no centro da acumulação mundial, de modo que tal dinâmica capitalista, nos termos de Marini (2000), é garantida através de uma superexploração da força de trabalho na periferia.

A superexploração da força de trabalho, mecanismo típico adotado nessas economias por meio da intensificação dos processos de extração da mais-valia nas suas formas absoluta e relativa combinadas, segundo análise de Marini (2000), caracteriza-se

como um regime de regulação da força de trabalho em que a acumulação de capital repousa sobre a maior exploração do trabalhador e não sobre o aumento da sua capacidade produtiva.

Através desse mecanismo, portanto, a América Latina desempenha uma funcionalidade dual: transformando as relações sociais no interior dos países centrais, haja vista que os produtos primários fornecidos pelos países periféricos permitem manter determinado nível de salários aos trabalhadores daqueles países; compensando as perdas, próprias do intercâmbio desigual na relação com as economias centrais, a partir da superexploração da força de trabalho.

Assim, de acordo com Marini (2000), o que aparentemente configura um dispositivo estrutural de compensação em nível de mercado, caracteriza-se como um instrumento que opera internamente no âmbito das relações sociais de produção gerando, nos países dependentes, efeitos severos sobre o trabalho, por meio de três mecanismos, quais sejam, “a intensificação do trabalho, a prolongação da jornada de trabalho e a expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para repor sua força de trabalho” (MARINI, 2000, p. 125). Nesse sentido, o Estado se expressa além de Estado burguês, como um Estado burguês dependente, ou seja, vinculado estritamente aos interesses do capital em escala global, e protagonista dos ajustes e organizações necessárias à permanência da dominação externa.

O caráter de desenvolvimento dependente e tardio, característico dos países latino-americanos, inscreve nos Estados o signo do atraso e implanta o desafio de manter algum nível de soberania e, ao mesmo passo, estimular, por diferentes meios, o desenvolvimento da região. A combinação entre elementos progressistas e arcaicos foi um dos principais fatores que impediram a realização de uma revolução democrático-burguesa que fosse capaz de suplantando as bases da antiga ordem colonial e instituir as bases do Estado democrático de direito. Pelo contrário, a aliança realizada pela “burguesia nacional” com o capital internacional criou uma identidade particular, excluindo o caráter nacional de sua essência.

Ademais, devido ao processo de desenvolvimento do capitalismo mundial e à ocorrência de flutuações e crises, os estados acabam por sofrer graves impactos em sua dinâmica organizativa, demandando o constante reordenamento de suas políticas econômicas e sociais. O Estado, nos diferentes países latino-americanos foi,

historicamente, assumindo o papel de protagonista do projeto de subdesenvolvimento, restrito ao lugar da periferia e conformando uma determinada caracterização de funções e formas determinadas de intervenção frente à questão social que tem, paulatinamente, se agravado. A coexistência de relações produtivas que integram tecnologia e padrões primitivos de produção carecem de intervenção estatal no sentido de instituir padrões mínimos de regulação social. Esse quadro agrava as relações de exploração do trabalho e desemprego e agudizam as possibilidades de reprodução da vida social para a maioria da população.

Soma-se a isso a identificação de uma unidade identitária que congrega os Estados latino-americanos, incluindo a existência de tarefas comuns destinadas às instâncias estatais, dentre elas: assegurar a reprodução ampliada do capital; administrar a estrutura institucional e organizativa e a manutenção da reprodução social em meio à flutuação de capitais e progressivo envio dos excedente para os países centrais e suprimir as dificuldades e os problemas típicos das economias dependentes (PAIVA; CARRARO; ROCHA, 2011).

Nesse contexto, é possível asseverar que o Estado se torna um lugar privilegiado do capital, encontrando-se transpassado pelo jogo das forças sociais presentes na sociedade latino-americana e tendendo aos interesses dos grupos econômicos hegemônicos, representados pelas empresas transnacionais e capital financeiro. Para tanto, historicamente, tem desempenhado funções complementares e inovadoras no campo da economia e, consecutivamente, nas áreas políticas e sociais (IANNI, 2004).

Esse quadro produz um acréscimo de responsabilidades ao Estado e acentua as contradições advindas da relação entre as esferas da produção e reprodução da vida em sociedade, principalmente frente à resistência dos trabalhadores, advinda das lutas sociais em oposição aos processos de exploração e destituição de direitos. Resulta ainda dessa complexificação a forma particular de formatação da proteção social na região, uma vez que objetivam a materialização de padrões básicos de reprodução da classe trabalhadora em meio a um cenário de crescente de pauperização e desigualdade. Como resultado pode-se apreender um padrão de desproteção social e acirramento das lutas sociais em meio a condições de vida em níveis bárbaros.

4 Considerações Finais

O alcance da proteção social está diretamente vinculado à capacidade e condições presentes na correlação de forças da sociedade, sendo que, historicamente, a classe trabalhadora dos diferentes países latino-americanos vivencia inúmeros desafios para impor sua agenda de lutas, principalmente, considerando as formas determinadas de relação de poder existentes na região.

Esse quadro suscita a reflexão sobre as incidências produzidas pelas diferentes forças e atores sociais que atuam no âmbito da sociedade, com ênfase para o Estado e a instabilidade – estrutural – do capitalismo que condiciona o direcionamento dos gastos públicos sociais e, conseqüentemente, da própria proteção social.

A proteção social, inserida nesse contexto, vem desempenhando na América Latina o papel de ser parte constitutiva das estratégias do capital para garantir que o Estado siga reproduzindo os mecanismos e estruturas de poder dominantes. Em atenção a esse movimento, observa-se que a implementação da proteção social ocorreu, quase em sua totalidade, centrada na inserção dos beneficiários no mercado formal de trabalho e na distribuição de benefícios sociais com caráter contributivo, sem produzir impactos na estrutura dependente e incidir nas expressões da questão social.

Pode-se apreender que a implementação da proteção social ocorreu, em sua maioria, seguindo um modelo focalizado e fragmentado, através da composição de sistemas frágeis e baseados em modelos de seguro social importados da Europa que, por vezes, não tem dado conta de suprir as necessidades singulares de suas realidades, produzindo como resultado a constituição de políticas sociais pulverizadas e com pouca eficácia, ou seja, a desproteção social.

Apesar de muitos países da região terem galgado importantes avanços no que concerne à estruturação de sistemas de proteção social, principalmente no último quartel do século XX, a focalização figura-se como marca constituidora da proteção social latino-americana. Contrapondo o conceito de universalização que pauta a concepção de Estado de Bem-estar social e pretende viabilizar os direitos sociais e o pleno exercício da cidadania e democracia, a focalização prevê o direcionamento dos investimentos e ações para grupos específicos, reconhecidamente, vulneráveis.

Os elementos estruturantes da “questão social latino-americana” são potencializados pela atuação do Estado burguês que desempenha a função de assegurar as condições gerais de produção, bem como reprimir qualquer tipo de ameaça às classes dominantes e realizar ações de integração da classe dominada que possam conte-la ou, na grande maioria das vezes, ações violentas que objetivam o seu extermínio.

O ideário de cidadania e proteção social se distanciam cada vez mais do já propagada “Estado de bem estar social”. Pelo contrário, a população latino-americana tem acessado a desproteção social revestida de violência e repressão. Os mecanismos de seleção e focalização para acesso aos direitos sociais vem sendo substituídos pelo desmonte das instituições públicas e desidratação dos direitos sociais. Esse quadro engendra uma situação barbárica para a população que vive cotidianamente a materialização do padrão de exploração e opressão capitalista e demanda à classe trabalhadora estratégias que possam fazer frente as questões estruturais que, mais do nunca, encontram-se potencializadas.

REFERÊNCIAS

BAEZ, Fernando. **A história da destruição cultural da América Latina: da conquista à globalização**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.

BORÓN, Atilio A. **Estado, capitalismo e democracia na América Latina**. 2ªed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

CUEVA, Agustín. **O desenvolvimento do capitalismo na América Latina**. São Paulo: Global Ed., 1983.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. São Paulo: Lafonte, 2012.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

IANNI, Octávio. **Estado e Capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da Dependência: uma ontologia da obra de Ruy Marini**. Petrópolis, RJ: Vozes; Buenos Aires: CLASCSO, 2000.

MARX, Karl. **O capital: crítica a contribuição da economia política**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

OSORIO, Jaime Sebastian. Sobre o Estado, o poder político e o estado dependente. In: **Revista Temporalis**, Brasília (DF), ano 17, n. 34, jul./dez.2017.

PAIVA, Beatriz, CARRARO, Dilceane, ROCHA, Mirella. Políticas Sociais na América Latina: a superexploração do trabalho e suas contradições. In: MATTEI, Lauro (org). **A América Latina no limiar do século XXI: temas em debate**. Florianópolis: Insular, 2011.